



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
ESCOLA DE MAGISTRATURA DO RIO GRANDE DO NORTE



PROCESSO SELETIVO PARA O PROGRAMA DE ESTAGIÁRIOS CONCILIADORES NO PODER
JUDICIÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE – Edital nº 001/2018 - ESMARN

DIREITO

Leia estas instruções:

- 1 Confira se os dados contidos na parte inferior desta capa estão corretos e, em seguida, assine no espaço reservado.
- 2 Este Caderno contém **50 questões** de múltipla escolha, assim distribuídas: **01 a 10** › Língua Portuguesa; **11 a 20** › Legislação Específica de Conciliação e Mediação; **21 a 50** › Conhecimentos Específicos.
- 3 Quando o Fiscal autorizar, verifique se o Caderno está completo e sem imperfeição gráfica que impeça a leitura. Detectado algum problema, comunique-o imediatamente ao Fiscal.
- 4 Cada questão apresenta quatro opções de resposta, das quais apenas uma é correta.
- 5 Interpretar as questões faz parte da avaliação. Portanto, não peça esclarecimentos aos Fiscais.
- 6 A Comperve recomenda o uso de caneta esferográfica, confeccionada em material transparente, de tinta na cor preta.
- 7 Utilize qualquer espaço em branco deste Caderno para rascunhos e não destaque nenhuma folha.
- 8 Os rascunhos e as marcações que você fizer neste Caderno não serão considerados para efeito de avaliação.
- 9 Você dispõe de, no máximo, três horas para responder às questões e preencher a Folha de Respostas.
- 10 O preenchimento da Folha de Respostas é de sua inteira responsabilidade.
- 11 Antes de se retirar definitivamente da sala, devolva ao Fiscal a Folha de Respostas e este Caderno.

Assinatura do Candidato: _____



ESMARN › Estagiário Conciliador › Seleção 2018
O Homem é do tamanho do seu sonho.
Fernando Pessoa



As questões de 1 a 10 desta prova são baseadas no texto abaixo.

Verde é a cor da paz

Por Dr. Daniel Barros*

- 1º Eu estava no Ensino Médio, se bem me lembro, quando descobri o jogo *SimCity*. Era um *game* para computador que simulava a construção de uma cidade. Começávamos com uma verba para construir a usina de energia, abrir as primeiras ruas, estabelecer serviços, atraindo migrantes. Os impostos começavam a entrar, a cidade crescia e, com ela, surgiam oportunidades e problemas.
- 2º A criminalidade já era uma questão complicada, pois construir delegacias era caro, e não dava para colocá-las em todo canto. Até que, lendo sobre o jogo numa revista, descobri que a construção de parques reduzia a criminalidade. Espantado com a informação, passei a encher as cidades com áreas verdes (que, na época, apareciam cinza para mim, pois eu jogava num monitor de fósforo branco), e, de fato, a criminalidade ficou mais controlada.
- 3º Por muito tempo, a vegetação foi associada ao risco de violência, não a seu controle. Desde o Lobo Mau, que abordava Chapeuzinho Vermelho quando, desobediente, a menina se embrenhava na floresta, até os relatos dos maníacos que atacavam as mulheres nas cidades, levando-as para o matagal, nada parecia indicar que a vegetação pudesse ter um impacto positivo no crime. Até que alguns estudos começaram a sugerir que as áreas verdes, quando bem cuidadas, não servem, de fato, como esconderijo para malfeitores. Além do que estimulam a presença das pessoas nos espaços públicos – o que aumenta o controle social indireto, a vigilância dos concidadãos uns sobre os outros e assim por diante.
- 4º A prova definitiva veio no início dos anos 2000, por meio de uma pesquisa feita por dois professores da Universidade de Illinois, em um grande conjunto habitacional, nas cercanias de Chicago. O conjunto de prédios fora construído na década de 1940 e abrigava, mais de meio século depois, uma das populações mais pobres dos EUA. Dos quase 6 mil moradores, 97% eram negros, 93% estavam desempregados na ocasião da pesquisa, metade necessitando de auxílio financeiro do governo para criar os filhos.
- 5º Embora inicialmente todo o conjunto fosse cercado de árvores e gramado, com os anos, diversas áreas foram sendo pavimentadas de maneira desordenada, deixando espaços sem vegetação alguma, outros com um pouco de verde remanescente e outros com grande arborização. E, como os moradores haviam sido aleatoriamente distribuídos entre as unidades, criou-se ali um laboratório natural para o estudo da interação ambiente-comportamento. Analisando os dados de criminalidade reportados por área, os pesquisadores descobriram que os prédios sem vegetação no entorno eram os mais violentos. Comparados com eles, os que ainda tinham alguma área verde eram alvo de um índice 42% menor de crimes, tanto contra pessoas como contra o patrimônio. Os que mantiveram toda a arborização sofriam 52% menos crimes, sendo 48% contra a propriedade e impressionantes 56% relacionados a crimes violentos.
- 6º Além dos impactos urbanos, como maior participação das pessoas nos espaços públicos, os cientistas levantam como hipótese o impacto psicológico dos ambientes verdejantes. Existem muitas evidências de que o contato com a natureza, seja direto, seja por meio de um vaso em casa, alivia o estresse. A fadiga mental, bastante relacionada à violência por sua associação com irritabilidade e impulsividade, é sabidamente aliviada com esse contato.
- 7º Imagino que tenha relação com nossas origens silvestres, das quais nos afastamos ao nos cercarmos de tijolos. Será que parte de nosso estresse com a vida urbana não pode ser resultado desse afastamento? Talvez sim, talvez não. Mas, se você não tem uma janela voltada para árvores, cuide, pelo menos, de ter um vaso no canto da sala, ou mesmo um vasinho em cima da mesa. Vá saber o estresse que você não estará prevenindo?

*Daniel Barros é psiquiatra do Instituto de Psiquiatria do HC-FMUSP, doutor em Ciências e bacharel em Filosofia.

BARROS, Daniel. Verde é a cor da paz. **Galileu**. São Paulo, Editora Globo, Nº 321, Abril, 2018. [adaptado]

01. Prioritariamente, o texto intenta
- A) alertar sobre a relação entre o jogo *SimCity* e o comportamento humano delinquente.
 - B) defender a implantação de áreas de florestas nos grandes centros urbanos brasileiros.
 - C) apresentar dados de recente pesquisa realizada por professores da Universidade de Illinois.
 - D) avaliar o elo entre manutenção de áreas verdes bem cuidadas e redução da criminalidade.
02. Em articulação com o texto e o contexto, o título
- A) concorda com o senso comum.
 - B) corrobora um ditado popular.
 - C) diverge do senso comum.
 - D) distorce um ditado popular.
03. Em acordo com o texto, conclui-se:
- A) a ideia de que áreas verdes podem ajudar no controle da violência é recente.
 - B) o segmento populacional negro é o mais afetado pela violência no Brasil.
 - C) a sociedade deve incentivar a urbanização para que volte a ser menos violenta.
 - D) o cultivo de plantas em casa garante saúde aos seres humanos.
04. Para estabelecer a coerência do texto, o leitor deve
- A) estabelecer relações intertextuais, tão somente.
 - B) acionar conhecimentos enciclopédicos, tão somente.
 - C) estabelecer relações intertextuais e acionar conhecimentos linguísticos, prioritariamente.
 - D) acionar conhecimentos enciclopédicos e realizar inferências, prioritariamente.
05. A maioria dos verbos empregados no **primeiro parágrafo** está flexionada
- A) no pretérito perfeito do subjuntivo em dissonância com o propósito do trecho.
 - B) no pretérito imperfeito do indicativo em consonância com o propósito do trecho.
 - C) no presente do subjuntivo em consonância com o propósito do trecho.
 - D) no presente do indicativo em dissonância com o propósito do trecho.
06. No contexto do **quarto parágrafo**, o vocábulo “cercanias” é classificado, morfologicamente, como
- A) substantivo e pode ser substituído, sem alteração de sentido, por “adjacências”.
 - B) substantivo e pode ser substituído, sem prejuízo da concordância, por “periferia”.
 - C) advérbio de lugar e pode ser substituído, sem alteração de sentido, por “proximidades”.
 - D) advérbio de lugar e pode ser substituído, sem prejuízo da concordância, por “fronteira”.

Para responder às questões 07, 08 e 09, considere o parágrafo transcrito abaixo.

Imagino que tenha[1] relação com nossas origens silvestres, das quais nos afastamos ao nos cercarmos de tijolos. Será que parte de nosso estresse com a vida urbana não pode ser resultado desse afastamento? Talvez sim, talvez não. Mas, se você não tem uma janela voltada para árvores, cuide, pelo menos, de ter um vaso no canto da sala, ou mesmo um vasinho em cima da mesa. Vá saber o estresse **que**[2] você não estará prevenindo?

07. A sequência linguística [1] contribui para
- A) atenuar a gravidade do que se enuncia.
 - B) sinalizar a obrigatoriedade do que se enuncia.
 - C) sinalizar a incerteza diante do que se enuncia.
 - D) atenuar a preocupação diante do que se enuncia.
08. No contexto em que surge, o elemento linguístico [2] é utilizado para
- A) substituir um vocábulo e interligar duas orações.
 - B) substituir um vocábulo e interligar dois períodos.
 - C) antecipar um vocábulo e interligar duas orações.
 - D) antecipar um vocábulo e interligar dois períodos.
09. No parágrafo, há um total de
- A) nove artigos, sendo seis definidos e três indefinidos.
 - B) onze artigos, sendo oito definidos e três indefinidos.
 - C) seis artigos, todos definidos.
 - D) oito artigos, todos definidos.
10. São vocábulos acentuados em decorrência da mesma regra:
- A) violência, públicos, construído.
 - B) já, hipótese, década.
 - C) árvores, distribuídos, área.
 - D) prédio, início, auxílio.

Legislação Específica de Conciliação e Mediação

11 a 20

11. Segundo a Resolução 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça, os tribunais deverão criar os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (“Centros”) para atender a juízos, juizados ou varas com competência nas áreas cível, fazendária, previdenciária, de família, ou a juizados especiais cíveis e fazendários. Estes seriam unidades do Poder Judiciário preferencialmente responsáveis pela realização das sessões e audiências de conciliação e mediação que estejam a cargo de conciliadores e mediadores bem como pelo atendimento e pela orientação ao cidadão. Para atender ao preceituado pela resolução, os Centros
- A) contarão, obrigatoriamente, com um juiz coordenador e um juiz adjunto, responsáveis pela administração do Centro e pela supervisão do trabalho de conciliadores e mediadores.
 - B) poderão ter, regularmente, seus serviços estendidos a unidades ou órgãos situados em outros prédios, desde que próximos do Centro.
 - C) deverão ser instalados em locais onde exista mais de um juízo, juizado ou vara com pelo menos uma das competências necessárias para a mediação de conflitos.
 - D) terão magistrados designados dentre quaisquer dos juízes auxiliares integrantes do tribunal de justiça respectivo.
12. Segundo o artigo 7º da Resolução 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça, os tribunais devem criar Núcleos Permanentes de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, compostos por magistrados da ativa ou aposentados e servidores, preferencialmente atuantes na área. Dentre outras incumbências, o referido núcleo terá a atribuição de
- A) instalar Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania que distribuirão a realização das sessões de conciliação e mediação.
 - B) implementar a política judiciária de tratamento adequado dos conflitos de interesses, estabelecida na resolução.
 - C) idealizar, planejar e promover a realização de cursos e seminários sobre mediação e conciliação e outros métodos consensuais de solução de conflitos.
 - D) planejar, implementar, manter e aperfeiçoar as ações voltadas ao cumprimento da política judiciária de tratamento adequado dos conflitos de interesse e de suas metas.

13. A Lei 13.140/2015 trata da mediação como meio de solução de conflitos entre particulares. De acordo com o artigo 2º dessa lei, a mediação deverá ser guiada pelo princípio da
- A) busca da verdade.
 - B) transparência das informações.
 - C) hipossuficiência das partes.
 - D) imparcialidade do mediador.
14. A Lei 13.140/2015 determina que os Tribunais criarão e manterão cadastros dos mediadores habilitados a atuar em mediação judicial. Segundo os termos dessa lei, poderá atuar como mediador judicial
- A) pessoa capaz, com curso superior de Direito, graduada há, pelo menos, dois anos.
 - B) pessoa capaz, com curso superior, graduada há, pelo menos, três anos.
 - C) pessoa capaz, com curso superior reconhecido pelo Ministério da Educação, graduada há mais de dois anos, que tenha obtido capacitação em escola ou instituição de formação de mediadores, reconhecida pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados.
 - D) pessoa capaz, com curso superior de Direito reconhecido pelo Ministério da Educação, graduada há mais de três anos, com capacitação em instituição de formação de mediadores, reconhecida pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados.
15. As controvérsias jurídicas que envolvem a administração pública federal direta, suas autarquias e fundações poderão ser objeto de transação cujas condições de adesão serão definidas em resolução administrativa própria. Assim, uma resolução com essa finalidade
- A) implicará renúncia do interessado ao direito sobre o qual se fundamenta a ação, no que tange inclusive aos pontos alheios ao objeto da resolução administrativa.
 - B) terá efeitos gerais e será aplicada aos casos idênticos, tempestivamente habilitados mediante pedido de adesão, ainda que solucione apenas parte da controvérsia.
 - C) implicará a renúncia tácita à prescrição bem como a interrupção da discussão do objeto de eventual demanda.
 - D) fundamentar-se-á em autorização do advogado-geral da União, com base na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal ou de tribunais regionais.
16. A autocomposição e a necessidade de se implementar uma cultura de pacificação têm destaque logo no parágrafo 3º do artigo 3º do Código de Processo Civil (CPC), no qual afirma-se: "*A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, inclusive no curso do processo judicial*". Nesse sentido, o CPC, distinguindo as funções de conciliador e mediador, estabelece:
- A) o conciliador deverá atuar preferencialmente nos casos em que não houver vínculo anterior entre as partes e poderá sugerir soluções para o litígio.
 - B) o mediador deverá atuar preferencialmente nos casos em que não houver vínculo anterior, auxiliando os interessados a compreenderem as questões e os interesses em conflito.
 - C) o conciliador poderá atuar somente nos casos em que houver vínculo anterior entre as partes e poderá sugerir soluções para o litígio.
 - D) o mediador poderá atuar somente nos casos em que houver vínculo anterior, auxiliando os interessados a compreenderem as questões e os interesses em conflito.

17. A criação do cadastro de conciliadores e mediadores é um importante passo para a autocomposição de conflitos e impõe condutas a esses auxiliares da justiça. Nesse contexto, o art. 173 do Código de Processo Civil dispõe que será excluído do cadastro de conciliadores e mediadores aquele que
- A) estabelecer, com suas técnicas de negociação, um ambiente desfavorável à autocomposição das partes.
 - B) violar o dever de confidencialidade previsto no art. 166 do mesmo código.
 - C) desrespeitar a livre autonomia das partes, impondo regras procedimentais.
 - D) agir com dolo na condução da mediação e da conciliação sob sua responsabilidade, excluía a culpa.
18. Alçados à categoria de auxiliares da Justiça diante de sua função na autocomposição de conflitos, os conciliadores e mediadores desempenham um papel fundamental na interação com as partes envolvidas na querela e com estas devem manter uma relação de confiança. Nesse sentido, se pretenderem recorrer a esses auxiliares, as partes podem escolher o conciliador ou o mediador, de comum acordo,
- A) dentre aqueles cadastrados ou não no tribunal.
 - B) dentre aqueles cadastrados no tribunal.
 - C) dentre especialistas na área indicados pelo tribunal.
 - D) dentre auxiliares registrados na junta comercial para exercer essa função.
19. É facultado aos tribunais criar um quadro próprio de conciliadores e mediadores. Entretanto, caso tal quadro não seja criado, é possível que esses auxiliares da justiça realizem serviços de forma
- A) remunerada, conforme ajuste entre as partes e o conciliador ou mediador e o potencial econômico da demanda.
 - B) voluntária, nas hipóteses de procedimento cujo resultado econômico não é possível aferir para determinar a remuneração.
 - C) remunerada, conforme previsto em tabela fixada pelo tribunal e parâmetros estabelecidos pelo Conselho Nacional de Justiça.
 - D) voluntária, para atender o percentual de processos em que é deferida gratuidade de justiça, como contrapartida pelo seu cadastro perante o tribunal.
20. A conciliação e a mediação têm a confidencialidade como um de um de seus princípios informadores. Segundo o Código de Processo Civil, esse princípio
- A) exclui as informações utilizadas para fins diversos daqueles previstos por expressa deliberação das partes.
 - B) estende-se a todas as informações produzidas no curso do procedimento.
 - C) estende-se àquelas informações classificadas como confidenciais no procedimento.
 - D) admite a possibilidade de depoimento acerca de fatos oriundos do procedimento por parte do conciliador e mediador.

21. João comprou um celular novo que tem uma câmera de longo alcance. Empolgado com seu novo aparelho, João passou a fotografar seus vizinhos em momentos íntimos e passou a divulgar as imagens das pessoas captadas pela sua câmera nas mídias sociais. Segundo a Constituição, João
- A) agiu no exercício regular de seu direito, pois como não teve a intenção de denegrir a imagem das pessoas, apenas expondo um fato, a ação não é capaz de ensejar dano moral.
 - B) agiu no exercício regular de seu direito, pois se a câmera de longo alcance é regularmente comercializada, a captação e a divulgação de imagens são amplamente permitidas.
 - C) violou a intimidade e a honra de vizinhos, mas isso não é capaz de ensejar direito à indenização, pois não teria havido dano material.
 - D) violou a intimidade e a vida privada de seus vizinhos, sendo assegurado a estes o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente dessa violação.
22. Maria, síndica de um edifício em Natal-RN, passou a instituir, nesse condomínio, o culto evangélico dominical, de acesso aberto a todos os moradores e convidados. A partir do sexto mês dessa prática, Maria passou a determinar que cada unidade residencial deveria, obrigatoriamente, pagar a quantia mensal de R\$ 100,00 para financiar o culto evangélico praticado no condomínio. Considerando o que determina a Constituição de 1988, a conduta de Maria
- A) deve ser coibida pelos meios legais, pois não se pode impor a qualquer pessoa a crença ou o financiamento obrigatório de um culto, tendo em vista a inviolabilidade dessa liberdade de consciência.
 - B) é legítima, tendo em vista que não sendo imposta a prática do culto, mas tão somente o seu financiamento, o que condiz com o dever de proteção das religiões.
 - C) é permitida pelo ordenamento jurídico, pois todas as pessoas, inclusive os condôminos, têm obrigação de proteger cultos e suas liturgias, mesmo que não concordem com essas práticas.
 - D) deve ser proibida, pois a síndica não tem poderes para impor uma nova regra, de *per si*, ainda que possam os condôminos ser obrigados a assumir a mesma crença religiosa da síndica, em face da inviolabilidade de crença do dirigente da entidade.
23. Yasmin, croata, residente no Brasil desde o ano de 1999, resolve retornar ao seu país de origem, a Croácia, em fevereiro de 2018, mas deseja ter a nacionalidade brasileira. Diante disso, ao retornar à Croácia, Yasmin poderá ser considerada
- A) brasileira naturalizada, caso ela tenha requerido a naturalização brasileira, após 2014, e, obrigatoriamente, não tenha sofrido nenhuma condenação criminal.
 - B) brasileira nata, caso ela tenha requerido a nacionalização nata brasileira, após 2 anos de residência no Brasil, independentemente de condenação criminal.
 - C) brasileira nata, pois, para ser brasileira naturalizada, ela não pode retornar ao país de origem pelos 20 anos seguintes ao início da residência no Brasil.
 - D) brasileira naturalizada, caso tenha se naturalizado brasileira após dez anos de residência no Brasil, pois, ao adquirir uma segunda nacionalidade, automaticamente ela passa a ter dupla nacionalidade naturalizada.
24. Fabrizio nasceu na Itália, em 1965, e veio para o Brasil em 1966. Naturalizou-se brasileiro e construiu uma sólida carreira jurídica no Brasil, atuando como magistrado na comarca de Rio dos Ventos, por 20 anos, e como professor do curso de direito da Universidade Federal do estado, por igual período. Diante de seu sucesso na carreira, foi indicado para um cargo, que, segundo a Constituição, é permitido a brasileiro naturalizado. O cargo que Fabrizio pode ter assumido é o de
- A) ministro do Supremo Tribunal Federal.
 - B) ministro do Superior Tribunal de Justiça.
 - C) chefe de Missão Diplomática.
 - D) ministro de Estado da Defesa.

- 25.** Suponha-se que o governador do Estado do Rio Grande do Norte pretenda implementar todas as prestações positivas previstas na Constituição como de competência estadual. Nesse sentido, estariam inseridas dentro das atividades permitidas constitucionalmente
- A)** a exploração de serviços de telefonia móvel, por meio da criação de uma sociedade de economia mista estadual, e a construção de conjunto habitacional para garantir o direito à moradia.
 - B)** a instituição de programa de saneamento básico e a construção de conjunto habitacional para garantir o direito à moradia.
 - C)** a instituição de uma empresa pública para prestação de serviço postal nos limites de seu território e a exploração de serviços de telefonia móvel, por meio da criação de uma sociedade de economia mista estadual.
 - D)** a exploração de serviços de energia elétrica e a utilização do potencial energético dos cursos de água em articulação com os municípios onde se situam os potenciais hidroenergéticos.
- 26.** O presidente da República encaminhou ao Tribunal de Contas da União, no final de 2017, recibos relativos à compra de lustre novo, adquirido pelo valor de R\$ 193.000,00 (cento e noventa e três mil reais), para ser instalado no Palácio do Planalto. A esse respeito, é correto afirmar que
- A)** a compra do lustre não será objeto de apreciação pelo Tribunal de Contas da União, pois este não tem competência para apreciar a legalidade de compra de bens na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo poder público.
 - B)** a compra do lustre será objeto de apreciação pelo Tribunal de Contas da União, pois este tem competência para julgar as contas do presidente da República.
 - C)** a compra do lustre será objeto de apreciação pelo Tribunal de Contas da União, pois este tem competência para apreciar a prestação de contas anual apresentada pelo presidente da República, mediante parecer prévio.
 - D)** a compra do lustre não será objeto de apreciação pelo Tribunal de Contas da União, pois este não tem competência para fiscalizar as contas do Poder Executivo Federal.
- 27.** O Conselho Nacional de Justiça instituído a partir da Emenda nº 45, de 2004, é órgão de controle interno no âmbito da magistratura nacional. Assim sendo, com base em sua competência, recebeu processo administrativo disciplinar para apuração do ato de José, juiz de terceira entrância, que passou a não permitir que os advogados adentrassem em sua sala usando ternos de cores claras. Nesse caso, o dever de analisar o processo em comento está inserido na atribuição do CNJ para
- A)** rever os julgamentos dos magistrados de primeira instância, no fito de readequá-los à jurisprudência dos tribunais superiores.
 - B)** estabelecer metas para julgamento de processos com celeridade e efetividade jurisdicional.
 - C)** representar ao Ministério Público, no caso de crime contra a administração pública.
 - D)** receber e conhecer as reclamações contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional dos tribunais.
- 28.** Carla, recentemente aprovada no concurso de provas e títulos para a magistratura estadual, é filiada ao partido político XYZ, e, enquanto era advogada, possuía contrato de prestação de serviços advocatícios com indústria de gêneros alimentícios, percebendo mensalmente a quantia de R\$ 5.000,00, ainda que não houvesse necessidade de atuação efetiva em causas relacionadas à indústria. Após a sua nomeação, a referida indústria sinalizou no sentido de que, em agradecimento aos serviços prestados, pretendia continuar depositando, por mais 15 anos, o valor contratado em favor da agora magistrada. Com base nas regras constitucionais referentes à magistratura, para exercer sua função de magistratura, Carla

- A)** poderá se manter filiada ao partido político e realizar atividade relacionada à agremiação, por não ter consequência em sua atuação judicial, e poderá aceitar o pagamento oferecido pela indústria de gêneros alimentícios, ainda que não seja possível a prestação de serviços advocatícios.
- B)** deverá se desvincular do partido político ao qual é filiada e poderá aceitar o pagamento oferecido pela indústria de gêneros alimentícios, ainda que não seja possível a prestação de serviços advocatícios.
- C)** poderá se manter filiada ao partido político, desde que comprove não exercer nenhuma atividade político-partidária concreta em favor da agremiação e deverá recusar o pagamento oferecido pela indústria de gêneros alimentícios, em face de expressa vedação.
- D)** deverá se desvincular do partido político ao qual é filiada e recusar o pagamento oferecido pela indústria de gêneros alimentícios, em face de expressa vedação.
- 29.** Um famoso e polêmico jogador de Futebol acabou falecendo em trágico acidente de carro que comoveu a nação brasileira, Ele deixou esposa e um filho de dez anos de idade. Ocorre que, nesse momento já cruel, a imagem do falecido jogador começou a ser alvo de ataques covardes em redes sociais por parte de um adversário em campo que acabou se tornando um inimigo pessoal reconhecido. Nessa situação, segundo o Código Civil, tem legitimidade para buscar a tutela dos direitos da personalidade do jogador falecido,
- A)** em nome do jogador, sua esposa e seu filho.
- B)** em nome próprio, a esposa e o filho do jogador.
- C)** em nome do jogador, seu clube empregador.
- D)** em nome próprio, o inventariante do espólio do jogador.
- 30.** José Carlos Mattos quer acrescentar o diminutivo “Zeca” em seu nome, passando a chamar-se José Carlos “Zeca” Mattos. Ele pretende promover essa mudança buscando maior empatia popular na campanha de Deputado Estadual na qual pretende lançar-se candidato; entretanto, nunca foi assim reconhecido em seu círculo social. Sopesando-se a situação fática apresentada, a pretensão de José Carlos será
- A)** indeferida, visto que a mudança de nome é impedida após a maioridade.
- B)** deferida, visto que a legislação permite a mudança de nome independente de justificativa.
- C)** indeferida, visto que “Zeca” não é pseudônimo do candidato em questão.
- D)** deferida, visto que o pseudônimo “Zeca” pode ser adotado para fins eleitorais tão somente.
- 31.** Antonino e Clara, casal sexagenário, enfrentam uma circunstância dolorosa. Clara foi diagnosticada com grave condição coronariana, e Antonino, como responsável, ao promover o internamento de sua esposa enquanto ela já se encontrava na maca a caminho do centro cirúrgico, deparou-se com representante do Plano de Saúde alegando que a atual contratação do casal não permitiria o procedimento indicado para o restabelecimento da paciente, mas, caso o cliente assinasse o aditivo, que o representante do plano já trazia em mãos, o tratamento seguiria normalmente. Antonino, diante da conjuntura, assinou o documento e levou um susto ao verificar o aumento que o aditivo feito às pressas ocasionou em sua mensalidade. De acordo com a legislação e a jurisprudência sobre o assunto, o negócio jurídico em tela é
- A)** nulo, por incapacidade absoluta temporária do agente.
- B)** anulável, por tratar de normas de ordem pública.
- C)** anulável, por vício de lesão.
- D)** nulo, por vício de estado de perigo.

- 32.** Adão decide ajudar seu enteado, Caim, a realizar o desejo do rapaz de empreender uma oficina de automóveis e trabalhar por conta própria. Assim, pretende doar um terreno para esse fim. Ocorre que sua esposa nunca concordou com essa ajuda financeira e, portanto, para encobrir a doação e disfarçar a situação para a esposa, Adão celebrou um contrato de compra e venda do terreno com Caim. Ao descobrir a situação, anos após o falecimento de Adão, a viúva procurou advogado, o qual lhe esclareceu que o negócio tratava-se de
- A)** uma simulação relativa subjetiva e, portanto, ela poderia requerer a declaração de nulidade do contrato.
 - B)** uma situação convalidada pelo tempo, pelo que a negociação subsistiria.
 - C)** uma simulação relativa objetiva e, portanto, ela poderia requerer a declaração de nulidade do contrato.
 - D)** uma simulação relativa que subsistiria se fosse válida, em forma e substância, a doação.
- 33.** João, em decorrência de um infortúnio, atropelou Maria em um acidente havido em maio de 2015. Ocorre que Maria ficou, por um ano, se recuperando das lesões sofridas no atropelamento. Durante o contato para resolver as burocracias relativas a esse evento, os dois acabam se apaixonando, vindo a se casar em 2017 e a se divorciar em 2018. Levando-se em consideração o caso concreto, o prazo prescricional da ação de indenização contra João pelos danos sofridos por Maria no atropelamento
- A)** se encerra em 2018, três anos após o acidente.
 - B)** se encerra em 2019, visto a suspensão ocorrida durante o casamento de ambos.
 - C)** se encerra em 2021, três após o divórcio, causa interruptiva da prescrição.
 - D)** se encerra em 2017, dois anos após o acidente.
- 34.** De acordo com o Código de Processo Civil, uma vez verificada a incapacidade processual ou a irregularidade da representação da parte, o juiz suspenderá o processo e designará prazo razoável para que seja sanada a situação. Nesse caso, se essa determinação for descumprida
- A)** em instância recursal, serão desconsideradas as contrarrazões, se a providência couber ao recorrido.
 - B)** em instância recursal, o recurso será considerado deserto, se a providência couber ao recorrente.
 - C)** em instância originária, será determinado novo prazo ao autor, se a providência lhe couber.
 - D)** em instância originária, o réu será considerado revel, se a providência lhe couber.
- 35.** O processo civil moderno concede às partes a liberdade de escolher os meios idôneos para a consecução dos seus objetivos. Contudo, essa liberdade está funcionalizada com respeito aos fins superiores que guiam o processo, como meio oficial de procura justa e rápida da composição do litígio. Nesse contexto, é dever da parte, dentre outros previstos no Código de Processo Civil,
- A)** opor embaraços à efetivação de decisões judiciais ilegais.
 - B)** evitar que seus advogados busquem pretensão ou apresentem defesa sem fundamento.
 - C)** cumprir, conforme suas possibilidades, as decisões jurisdicionais.
 - D)** expor os fatos em juízo conforme a verdade.
- 36.** Conforme Alexandre Freitas Câmara, os atos jurídicos praticados pelos sujeitos se destinam a produzir efeitos no processo em relação ao qual são praticados os atos processuais. Nesse contexto, os atos processuais estão submetidos ao princípio
- A)** da instrumentalidade das formas, ainda que distante da sua finalidade essencial.
 - B)** da publicidade, ainda que em situações de interesse público ou social.
 - C)** da instrumentalidade das formas.
 - D)** da publicidade irrestrita.

37. A suspensão processual ocorre quando um acontecimento faz com que o processo deixe de seguir seu fluxo normal de atos, sendo pelo menos possível a retomada de seu curso normal após a consolidação da situação. Nesse contexto, considera-se causa de suspensão do processo
- A) a arguição de impedimento ou suspeição.
 - B) a impetração de incidente de demandas repetitivas.
 - C) o parto ou a concessão de adoção, mesmo que a advogada não seja a única patrona da causa.
 - D) a existência ou inexistência de relação jurídica transversal ao objeto de outro processo.
38. A tutela provisória, baseada na urgência ou na evidência, é uma tutela jurisdicional sumária e não definitiva. Esse tipo de tutela tem, em seu regime jurídico, a seguinte característica:
- A) conserva sua eficácia na pendência do processo, só sendo revogável por sentença de mérito.
 - B) necessita que a parte indique as medidas que considera adequadas para sua efetivação.
 - C) independe do pagamento de custas se requerida em caráter incidental.
 - D) mantém, necessariamente, sua eficácia durante o período de suspensão do processo.
39. No caso em que o réu for revel e não houver necessidade de produção de outras provas, mas o processo ficar parado por mais de 1 (um) ano por negligência das partes, pode o juiz extinguir o processo. Nessa situação, a sentença que extingue o processo será proferida
- A) sem resolução de mérito, pois por não ter promovido os atos e as diligências que lhe incumbiam, o autor abandonou a causa por mais de trinta dias.
 - B) com resolução de mérito, pois o Código de Processo Civil prevê essa hipótese.
 - C) sem resolução de mérito, pois o Código de Processo Civil prevê essa hipótese.
 - D) com resolução de mérito, pois o juiz terá verificado a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo.
40. No direito processual civil brasileiro, vêm ganhando força, a cada dia, os precedentes judiciais, como ferramenta argumentativa e interpretativa que legitima a aplicação do direito. Nesse sentido, se alguém pretende ajuizar uma demanda sobre a qual o juízo já decidiu a respeito de causa semelhante, e que fez coisa julgada, deve ter em mente que, conforme o Código de Processo Civil brasileiro, transita em julgado
- A) o motivo determinante da sentença, porque importante para determinar o alcance da parte dispositiva.
 - B) o dispositivo, que é a parte da sentença que descreve a norma individual para o caso concreto.
 - C) a *ratio decidendi*, porque os fundamentos jurídicos e fáticos vinculam o juiz a respeito daquela causa de pedir.
 - D) a verdade dos fatos, também chamada de *obiter dictum*, estabelecida como fundamento da sentença.
41. Tício, que mora em Natal-RN, foi passar o carnaval em Recife-PE e, quando estava no bloco, foi atingido por um projétil originário de uma briga entre duas pessoas. Após o disparo, Tício foi recolhido a hospital público, em Recife, e, após uma semana do fato, foi transferido para hospital em Natal, onde veio a falecer. Acerca do lugar do crime, no direito penal brasileiro, aplica-se a
- A) teoria da ubiquidade, sendo considerado que a prática do crime ocorreu em Recife.
 - B) teoria da atividade, sendo considerado que a prática do crime ocorreu em Recife.
 - C) teoria do resultado, sendo considerado que a prática do crime ocorreu em Natal.
 - D) teoria da ultratividade da lei penal, sendo considerado que a prática do crime ocorreu em Natal.

42. Caio, de 23 anos, compareceu a uma festa e, após ingerir bebida alcóolica, conduziu o seu veículo automotor em direção à sua residência. No caminho para casa, Caio se deparou com uma pessoa deitada na via pública e, por não dispor de todos os reflexos em virtude da ingestão de álcool, acabou atropelando a pessoa, que sofreu lesões corporais graves. Perante o juízo, em sua defesa, Caio alegou que tem doença mental que o incapacita a compreender o caráter ilícito da ingestão de bebida alcóolica. Segundo o código penal brasileiro, a alegação de Caio
- A) é argumento hábil a isentá-lo de pena, caso fique comprovado que sua doença mental, ao tempo da ação, comprometia o seu entendimento sobre o caráter ilícito da condução de veículo após a ingestão de bebida alcóolica.
 - B) não é argumento hábil a isentá-lo de pena, pois a doença mental não possui relação direta com o fato involuntário de atropelar a vítima e causar lesão corporal.
 - C) é argumento hábil a isentá-lo de pena, pois sua doença mental, ainda que não tenha relação direta com a compreensão do fato, torna-o inimputável.
 - D) não é argumento hábil a isentá-lo de pena, caso fique comprovado que sua doença mental não impediu que ele ingerisse bebida alcóolica de modo consciente, já que não precisava de assistência específica de um tutor para tomar decisões.
43. Mévio, que tem nacionalidade argentina, estava em um avião comercial brasileiro viajando de São Paulo a Miami, quando, pouco antes do pouso em território americano, envolveu-se em uma discussão com o comissário de bordo, de nacionalidade americana, que, por sua vez, feriu o argentino mortalmente com um talher. Nesse caso, considerando o Código Penal do Brasil,
- A) não se aplica a lei brasileira, porque o autor do crime não é brasileiro.
 - B) não se aplica a lei brasileira, porque a vítima não é brasileira.
 - C) aplica-se a lei brasileira, com base no princípio da excepcionalidade.
 - D) aplica-se a lei brasileira, com base no princípio da extraterritorialidade.
44. Após uma briga de trânsito em que houve mútuas agressões físicas e consequentes lesões corporais, o juiz competente da ação penal aplicou uma pena restritiva de direitos a ambos os autores das lesões. Nesse caso, é possível ao juiz determinar
- A) limitação de fim de semana.
 - B) reclusão domiciliar.
 - C) regime aberto em colônia agrícola.
 - D) restrição completa de semana.
45. Danuta presenciou o roubo de celulares em frente à escola de sua filha, e, após a finalização do fato, como é policial militar e possui porte de arma, saiu correndo em busca do autor do crime para recuperar os bens roubados das vítimas. Ao chegar à esquina da escola, não percebeu que o seu esposo, que estava vestido com roupa de mesma tonalidade que o criminoso, conversava com um conhecido, e, confundindo-o com o autor do crime, disparou projétil que veio atingi-lo na cabeça, levando-o à morte. Com isso, Danuta passou a sofrer de depressão, ainda mais porque passou a responder pelo homicídio de seu esposo. Considerando as consequências gravosas que o fato teve em sua vida, a medida aplicada no caso poderia ser
- A) a perempção.
 - B) a anistia.
 - C) o indulto.
 - D) o perdão judicial.

46. Milena, quando estava na janela de seu apartamento, presenciou o furto de um veículo que estava estacionado e resolveu ajuizar ação penal perante o poder judiciário, inclusive com base em vídeo que captou com seu telefone celular. O juízo extinguiu a ação e encaminhou o relato da demanda para o Ministério Público. Nesse contexto, conforme o Código de Processo Penal, o juiz atuou
- A) corretamente, com base na regra de que, nesse caso de ação penal privada, quem possui a titularidade da ação penal é a vítima do fato.
- B) incorretamente, porque qualquer pessoa do povo pode ajuizar ação penal privada, como no caso do furto, indicando as razões de autoria e a materialidade do fato.
- C) corretamente, com base na regra de que qualquer pessoa do povo poderá provocar a iniciativa do Ministério Público, nos casos em que caiba a ação pública, fornecendo-lhe, por escrito, informações sobre o fato e a autoria e indicando o tempo, o lugar e os elementos de convicção.
- D) incorretamente, porque ainda que não se trate de ação penal privada, no caso, a ação penal pública condicionada depende da vontade particular para que o Ministério Público possa dar continuidade à pretensão punitiva estatal.
47. Fúlvio efetuou 5 disparos de arma de fogo com o intuito de atingir seu inimigo, Franklin. Entretanto, nenhum dos disparos atingiu a vítima, o que não impediu que a Polícia Militar o conduzisse à delegacia para depor. Ao lá chegar, Franklin aduziu não ter interesse em prestar queixa pelo fato e afirmou não saber quem havia efetuado os disparos, o que não era verdade. Diante dessa manifestação de vontade, cabe ao Ministério Público,
- A) permanecer inerte, por se tratar de crime de ação penal pública condicionada.
- B) oferecer denúncia contra Fúlvio, quando reunidas as condições de autoria e materialidade do crime tentado, por se tratar de ação penal pública incondicionada.
- C) oferecer denúncia contra Fúlvio, desde que obtenha uma comprovação de que Franklin sabia quem teria sido o autor dos disparos, o que supriria sua vontade.
- D) permanecer inerte, por se tratar de crime de ação penal privada.
48. Conforme o código de processo penal pátrio, a competência será, via de regra, determinada pelo lugar em que se consumar a infração, ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que for praticado o último ato de execução. Isto posto, analise as afirmativas abaixo.

I	Quando incerto o limite territorial entre duas ou mais jurisdições, ou quando incerta a jurisdição por ter sido a infração consumada ou tentada nas divisas de duas ou mais jurisdições, a competência firmar-se-á pela prevenção.
II	Se, iniciada a execução no território nacional, a infração se consumar fora dele, a competência será determinada pelo lugar em que tiver sido praticado, no Brasil, o primeiro ato de execução.
III	Quando o último ato de execução for praticado fora do território nacional, será competente o juiz do lugar em que o crime, embora parcialmente, tenha produzido ou deva produzir seu resultado.

Dentre as afirmações, estão corretos apenas

- A) I e III. B) I e II. C) II e III. D) I, II e III.
49. Jailson publicou no *Facebook* uma notícia inverídica sobre Pedro, aduzindo que este último adquiriu o seu veículo através da cobrança de propinas durante o exercício de sua função pública. Indignado, Pedro ajuizou ação penal contra Jailson perante o Juizado Especial Criminal. No caso, foi realizada transação penal, em que Jailson se comprometeu a pedir desculpas, em público, a Pedro e a escrever postagem na mídia social corrigindo o equívoco. No que tange à competência, a questão foi processada em
- A) juízo incompetente, porque o fato não poderia ser objeto de transação penal.
- B) juízo competente, porque se trata de infração penal de menor potencial ofensivo.
- C) juízo competente, porque crimes cometidos na internet são, necessariamente, processados no Juizado Especial.
- D) juízo incompetente, porque o fato não corresponde à infração penal de menor potencial ofensivo.

50. Segundo a lei n.º 9.099/95, que dispõe sobre o procedimento sumaríssimo no juizado especial criminal, na ação penal de iniciativa pública, quando não houver aplicação de pena, pela ausência do autor do fato, o Ministério Público oferecerá ao Juiz, de imediato, denúncia oral, se não houver necessidade de diligências imprescindíveis. No caso em que uma funcionária de uma loja foi agredida verbal e fisicamente por cliente, mas não se encontra a autora do fato, deverá o Ministério Público:

- A)** aguardar a realização de inquérito policial para, então, oferecer a denúncia, sendo necessário o exame de corpo de delito, mesmo quando a materialidade do crime estiver aferida por boletim médico ou prova equivalente.
- B)** oferecer a denúncia, com base no termo de ocorrência, com dispensa do inquérito policial, sendo desnecessário o exame de corpo de delito quando a materialidade do crime estiver aferida por boletim médico ou prova equivalente.
- C)** aguardar a realização de termo de ocorrência e manifestação de vontade da vítima, para só então oferecer a denúncia, sendo desnecessário o exame de corpo de delito quando a materialidade do crime estiver aferida por boletim médico ou prova equivalente.
- D)** oferecer a denúncia, com base em boletim de ocorrência, independente de manifestação da vítima, sendo imprescindível o exame de corpo de delito, além da apresentação de boletim médico para aferir as consequências materiais do fato.